



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LETÍCIA GABRIELA DA SILVA DUTRA

MULHERES INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA:

Uma análise da representação e resistência

Recife

2024

LETÍCIA GABRIELA DA SILVA DUTRA

MULHERES INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA:

Uma análise da representação e resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado(a) em História.

Orientador(a): Prof. Dra. Marcília Gama da Silva

Recife

2024

TERMO DE APROVAÇÃO

LETÍCIA GABRIELA DA SILVA DUTRA

MULHERES INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA:

Uma análise da representação e resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado(a) em História.

Prof. Dra. Marcília Gama da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

SUMÁRIO

Resumo	3
Introdução	3
1. O Contexto da Ditadura Militar e a Violência Contra os Povos Indígenas	6
2. O Relatório Figueiredo na Denúncia Dessas Violências	8
3. Contribuições Acadêmicas	10
4. O Papel do Jornal Porantim e a Resistência das Mulheres Indígenas	12
Conclusão	14
Referências bibliográficas	16

MULHERES INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA:

Uma análise da representação e resistência

INDIAN WOMEN IN THE BRAZILIAN MILITARY REGIME:

An analysis of representation and resistance

Letícia Gabriela da Silva Dutra¹

Resumo

- Este artigo aborda a história das mulheres indígenas durante o período da ditadura militar no Brasil, com ênfase na década de 1970.
- , destacando sua representação e resistência em meio a um momento que foi fortemente marcado por violações dos direitos humanos e opressão política.
- , buscando traçar uma alternativa para fugir da estereotipação da mulher indígena, no intuito de colocá-la como protagonista de sua própria história em um período em que foi constantemente apagada.
- , e apresentando os diversos núcleos em que essas mulheres foram inseridas na busca de colocar a sua luta, história e cultura como o centro de sua resistência.

FALTOU A CONCLUSÃO

Palavras-chave: Ditadura militar; Indígena; Mulheres; Resistência.

Abstract

This article addresses the history of indigenous women during the period of the military dictatorship in Brazil, with an emphasis on the 1970s, highlighting their representation and resistance in the midst of a moment that was strongly marked by the evidence of human rights and political oppression, seeking to outline an alternative to escape the stereotyping of indigenous women, without the intention of placing them as the protagonist of their own history in a period in which they were constantly disconnected, and presenting the different groups in which these women were inserted in an attempt to put forward their struggle, history and culture as the center of their resistance.

Keywords: Military regime; Indians; Women; Resistance.

¹ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE. E-mail: leticia.dutra@ufrpe.br.

Introdução

A história das mulheres indígenas durante a ditadura militar no Brasil é uma narrativa complexa e frequentemente negligenciada ou simplificada nas discussões a respeito deste período histórico, muitas vezes, por falta de fontes confiáveis que abordem o tema e pela grande escassez de documentos confiáveis escritos no período. Embora as violações dos direitos humanos contra os povos indígenas sejam amplamente reconhecidas, as experiências específicas das mulheres indígenas raramente recebem a devida atenção, especialmente no que se refere às interseções entre etnia e gênero. Neste período, a figura do indígena deixa de ser vista como forma heroica e símbolo da nacionalidade, como nas várias representações do escritor José de Alencar², para se tornar um inimigo e empecilho para os interesses dos militares.

Ao discutir sobre as questões de gênero, cabe alicerçar-se nos conceitos definidos pela historiadora Joan Scott que debate em seu ensaio mais conhecido sobre a temática, *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise* (1986), que a ideia de gênero é uma ferramenta analítica crucial para entender e interpretar a história de maneira mais completa e precisa. Ela sugere que o gênero – assim como classe social, raça e outras categorias sociais – é uma construção social que molda as experiências e as relações de poder das pessoas ao longo do tempo. Ela também nos traz as mudanças vividas por esse conceito ao longo dos anos e tendo como variante diferentes histórias e contextos.

Compreende-se, então, que as questões de gênero vividas pelas mulheres indígenas, e como por tanto tempo foram vistas, tratam-se de uma demanda social que tem moldado as suas experiências dentro da sociedade. As relações de poder que as envolvem dentro de uma sociedade machista, branca em boa parte e – ainda mais nesse contexto – violenta, onde as relações de poder vêm sendo usadas como forma de opressão no decorrer da história, também são um exemplo disso.

Anteriormente, ainda nos séculos XVIII e XIX acreditava-se que o papel dessas mulheres como protagonistas, capazes de fazer suas próprias escolhas, não fosse possível, visto que as relações de poder as colocavam em um lugar de subalternidade. No entanto, estudos abrangentes que contemplam diversos períodos históricos demonstram que as mulheres indígenas desempenharam papéis fundamentais que vão além de simplesmente suportar as pressões impostas pela colonização e pela cultura dominante. Elas mostraram sua força, poder

² José de Alencar (1829-1877) foi um romancista, dramaturgo, jornalista, advogado e político brasileiro. Foi um dos maiores representantes da corrente literária indianista e o principal romancista brasileiro da fase romântica.

e influência ao lidar com as violências e repressões, evidenciando que a resistência se manifestou de diversas maneiras ao longo da história. Desde a preservação de suas culturas dentro de suas comunidades até o engajamento em lutas armadas, essas mulheres se mostraram presentes e corajosas, desafiando narrativas historicamente limitadas. Na citação de Cristiane Lasmar a seguir, do seu artigo *Mulheres Indígenas: Representações* (1999), entendemos como as questões das mulheres indígenas remetem a um problema geral da população indígena, retornando ao que se foi permeado pelo período colonial, ainda muito difundido atualmente:

Além de estar diretamente ligada ao problema mais geral da hegemonia da perspectiva masculina nas ciências sociais, a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, na visão do senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do Novo Mundo. (LASMAR, 1999, p. 3).

É fundamental lembrar e reconhecer as diversas violências vivenciadas por essas comunidades durante esse período – especialmente as enfrentadas pelas mulheres indígenas –, entendendo que as repressões enfrentadas por essas mulheres, como sugere Lasmar, é um problema que deve ser escancarado. Ao revisitar esses episódios dolorosos, podemos compreender a memória coletiva de uma nação, no entanto, como sociedade, devemos buscar novas perspectivas e abordagens para reinterpretar essas histórias, evitando a repetição dos mesmos erros e permitindo que vozes marginalizadas sejam ouvidas e que a memória histórica seja mais inclusiva e precisa.

Essa ação de dar visibilidade a uma história que teve um forte processo de marginalização vem ganhando força, desde o século XX, com a Escola dos Annales³, que através da história social se faz tão necessária nessa ação, repensando também uma nova historiografia. Essa percepção de nova história x velha história é bastante permeada na obra *Teoria da História, Vol. V: A Escola dos Annales e A Nova História* (2012), escrita pelo historiador José D'Assunção Barros, a tornando um importante vetor de estudos da teoria da história, principalmente no Brasil.

Este artigo visa auxiliar na desconstrução dessa lacuna de proporção histórica, oferecendo uma análise aprofundada da representação e resistência das mulheres indígenas durante a ditadura militar brasileira, com um enfoque especial na violência de gênero e nas

³ A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico fundado por Lucien Febvre e Marc Bloch na década de 1920, que revolucionou a forma como a história era estudada. Suas principais características incluem uma abordagem interdisciplinar, ênfase na análise de longo prazo, estruturas sociais e econômicas, e uma rejeição da história política tradicional em favor de uma história total, que considera diversos aspectos da vida humana.

próprias estratégias de resistência adotadas por essas mulheres. Ao examinar eventos específicos ocorridos durante a década de 1970 – que ficou conhecida como os Anos de Chumbo da ditadura, quando a presença militar era bastante significativa e as comunidades indígenas enfrentavam desafios extraordinários –, pretendemos destacar os diversos papéis desempenhados por essas mulheres como agentes ativos de sua própria história. O presente texto procura trazer uma abordagem interdisciplinar e crítica, segundo José D'Assunção Barros e como sugerido pela Escola dos Annales, combinando diferentes fontes e perspectivas, como as de gênero, sugeridas por Joan Scott, para uma análise abrangente do papel das mulheres indígenas durante o período da ditadura militar no Brasil. Essa perspectiva permite uma análise mais complexa e sensível das experiências dessas mulheres, considerando suas particularidades e pertinência.

1. O Contexto da Ditadura Militar e a Violência Contra os Povos Indígenas

A ditadura militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, foi marcada por uma série de violações dos direitos humanos, incluindo repressão brutal contra movimentos sociais, povos indígenas e opositores políticos. Durante esse período sombrio, os povos indígenas foram alvos de políticas assimilacionistas e de integração forçada, projetadas para suprimir suas identidades culturais e étnicas, enquanto usurpavam suas terras ancestrais, subjugando-os a condições desumanas.

As mulheres indígenas, em particular, enfrentaram diversas formas de violência de gênero, incluindo estupros, agressões físicas e a negação de seus direitos reprodutivos. Relatos de estupros e da obrigação de abandonar seus filhos para serem submetidas a trabalhos forçados eram lamentavelmente comuns nos registros da época, como se pode observar no relatório Figueiredo trabalhado posteriormente, aqui neste artigo. Não era raro encontrar listas de nomes de pessoas indígenas que sofreram mortes brutais, nesse mesmo documento sob as políticas militares da ditadura, sendo profundamente chocante perceber o grau de violência ao qual eram submetidas diariamente. Tribos indígenas inteiras foram dizimadas durante o decorrer do militarismo no país, inclusive por aqueles que deveriam protegê-los. É através da Comissão Nacional da Verdade (CNV), fundada em 2011 pela, até então, presidenta Dilma Rousseff, pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, que se procura a verdade e as motivações para incontáveis crimes contra a humanidade e contra as várias comunidades indígenas que foram obrigadas a conviver com os horrores da ditadura.

Apesar da resistência generalizada contra a repressão, proveniente de toda a sociedade civil, os indígenas foram colocados em uma posição de minoria, frequentemente rotulados como selvagens e incapazes de decidir por si próprios. Assim, foram sujeitos a intervenções arbitrárias em suas escolhas e modos de vida, de maneira traumática e persistente ao longo dos anos de sua dominação. Estima-se que a população indígena tenha sido drasticamente reduzida durante os anos em que a ditadura se manteve ativa, entendendo que essa intervenção já foi planejada para dar um fim aos problemas que estavam focados, principalmente, nas questões de demarcação de terras. Com essa redução através da violência, garimpeiros, fazendeiros e os interessados em terras indígenas saíam com ainda mais benefícios.

Em uma das ações realizadas pela CNV, foram recebidas denúncias de seis etnias indígenas diferentes: guarani-ñandeva, guarani-kaiowá, terena, kinikinau, ofaié-xavante e guató, todas do Mato Grosso do Sul. Elas relataram diversos crimes que iam contra os direitos humanos durante esse período e algo em si chama atenção: um depoimento que trata sobre o Reformatório Krenak⁴ durante a década de 1970. Bonifácio Reginaldo Duarte, de 74 anos, revelou a tortura e os trabalhos forçados aos quais foi submetido no presídio Krenak. De início, ele achava que estava levado para um lugar onde aprenderia uma profissão, mas, ao estar lá, era espancado se não conseguisse concluir suas tarefas do dia. Segundo contou, os indígenas eram torturados num tronco, numa espécie de jogo no qual carcereiros apostavam quais dos presos aguentariam mais (2014).

A partir desse relato documentado e explorado durante a execução da CNV, compreende-se um dos muitos graus de barbárie executada pelos militares, demonstrando, de modo amplo, como era o tratamento com as comunidades indígenas, ainda sem levar em consideração as questões de gênero aqui propostas.

O período a ser explorado aqui compreende o que iremos nomear de Anos de Chumbo. Este nome se dá devido à intensificação da repressão política, violência estatal e violações dos direitos humanos que ocorreram durante esses anos. Durante os Anos de Chumbo, o regime militar brasileiro implementou políticas repressivas para silenciar opositores políticos, ativistas, sindicalistas, artistas e qualquer pessoa considerada uma ameaça ao regime; isso incluiu censura à imprensa, perseguição de dissidentes políticos, prisões arbitrárias, tortura e assassinato de opositores. No entanto, esse também foi um período em que houve um índice de

⁴ O Reformatório Agrícola Indígena Krenak foi estabelecido, em 1969, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e pela Polícia Militar de Minas Gerais, onde residia o povo Krenak. Atualmente, essa área corresponde à Terra Indígena Krenak, localizada às margens do Rio Doce, no município de Resplendor, em Minas Gerais. Infelizmente, o local foi palco de diversas violações dos direitos humanos e violências contra as populações indígenas ali presentes.

crescente desenvolvimento, o que, juntamente com a euforia da vitória do Brasil na Copa do Mundo, ajudou a apaziguar essas tensões sociais (GAMA, 2007) e a disfarçar as torturas praticadas contra oposição, diversas minorias e grupos de esquerda.

A historiadora Marcília Gama da Silva, em sua tese de doutorado *Informação, Repressão e Memória: A Construção do Estado de Exceção no Brasil na Perspectiva do DOPS* (2007), mais precisamente no capítulo “A Tortura Como Prática”, traz fortes relatos das torturas praticadas que violaram os direitos humanos. Nele, há uma imagem de uma vítima da ditadura que teve a sua região pubiana queimada por um maçarico (p. 35), o que pode exemplificar como a tortura funcionou a partir da questão de gênero, levando em consideração as violências praticadas contra as mulheres nesse período. Consideradas inimigas por serem oposição, essas mulheres carregavam em seus corpos marcas também da violência de gênero entrelaçada à ditadura. Através da obra citada acima, conseguimos aprofundar o significado das violências que, durante 21 anos, foram perpetradas pelo Estado.

2. O Relatório Figueiredo na Denúncia Dessas Violências

O Relatório Figueiredo, produzido durante a ditadura militar pelo procurador Jader de Figueiredo Correa, tinha o objetivo de investigar as violações dos direitos humanos contra os povos indígenas, oferecendo uma visão importante dessas violações. No entanto, a análise do relatório revela que as experiências das mulheres indígenas, muitas vezes, são relegadas a um segundo plano, com pouca atenção, tendo em vista a violência de gênero que enfrentaram. É crucial destacar que as violações dos direitos das mulheres indígenas não foram apenas cometidas por agentes do Estado, mas também por atores não estatais, incluindo fazendeiros, colonos e missionários, que reproduziam as vivências já conhecidas durante todo o período colonial.

Outro contraponto importante a ser mencionado sobre o relatório é a sua função. Produzido no período de ditadura, tinha como objetivo denunciar as violências, abusos e crimes cometidos contra os povos indígenas pelo regime ditatorial através do órgão de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), antecessor da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Este órgão deveria ser o responsável pelas políticas de proteção e preservação indígena durante esse período, mas sofreu um confronto com a real vontade política do estado militar e acabou envolvendo-se em questões negativas no que se trata dessa proteção de comunidades indígenas. Embora o relatório tenha sido criado com um caráter punitivo, muitos dos envolvidos nos

crimes relatados não foram responsabilizados, evidenciando a dimensão política e interesses envolvidos na produção do relatório.

Ao abordar o Relatório Figueiredo, é importante enfatizar um aspecto relevante, discutido na dissertação de mestrado de Rodrigo Lins Barbosa (2016) sobre os crimes de corrupção no SPI e na Funai durante a ditadura militar. O trabalho de Barbosa traz uma dimensão crucial para a compreensão do processo de divulgação desses crimes, considerando a atuação da imprensa nacional e internacional, bem como o papel do Estado nesse contexto. Em sua análise, o autor contextualiza o governo ditatorial e os acontecimentos que envolveram a criação e o fim do SPI e da Funai. Ele demonstra que o relatório parece não ter tido a verdadeira intenção de denunciar os casos de violência e corrupção e que, na verdade, serviu aos interesses do governo em destituir o SPI e legitimar a Funai. Essa perspectiva revela como a política governamental influenciou a divulgação e o tratamento dos crimes relatados, pouco importando-se, de fato, com a situação indígena no Brasil.

Um outro aspecto relevante é que o relatório não fornece uma adequada datação dos casos ocorridos; muitos dos relatos de violência contra os povos indígenas, embora chocantes, ocorreram em períodos anteriores ao regime ditatorial. Essa falta de precisão temporal pode representar uma falha significativa para a pesquisa historiográfica, exigindo cautela ao analisar e utilizar esse documento. Visto que o recorte temporal é de suma importância para uma correta contextualização histórica, se faz necessário abordar tais limitações ao utilizar o Relatório Figueiredo como fonte histórica.

No entanto, ao analisar esse documento, é notável que as mulheres indígenas foram vítimas de inúmeras crueldades, sofrendo violações diárias de seus corpos e identidades, sendo sujeitas a agressões, estupros e à impossibilidade de cuidar de seus filhos recém-nascidos. Tais violências promovidas pelo Estado apagaram a existência dessas mulheres e as trataram como objetos subjugados, sendo silenciadas no ápice de suas dores. Muitas dessas mulheres foram vítimas de assédio, entregues à prostituição e, constantemente, abusadas. No recorte abaixo, retirado da dissertação de Jheuren Karoline Costa de Souza (2018), publicada na revista científica digital Espaço Ameríndio, temos uma parte do Relatório Figueiredo que demonstra o cunho violento do tratamento à mulher indígena nesse período.

Figura 1 – Trechos do Relatório Figueiredo

Isso porque, de maneira geral, não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condições eram mais de sumanas.

Fonte: Espaço Ameríndio.

Figura 2 - Trechos do Relatório Figueiredo

ELITA FERREIRA SIMÕES

1 - Espancou duas índias e é responsável pelo desaparecimento de uma delas no Posto Indígena Vanuire (fl. 1566).

2 - Irresponsabilidade funcional: como professora nunca deu aula no Posto Indígena Vanuire, onde era lotada (fl. 1682).

Fonte: Espaço Ameríndio.

Mesmo ao mencionar essas mulheres no relatório, muitas vezes, elas eram reduzidas a meras vítimas da opressão militar, sem um enfoque específico na violência de gênero que enfrentaram a partir das dinâmicas do próprio Estado. Através do trecho acima, percebe-se que o processo foi ainda mais violento com essas mulheres; crimes de estupro, principalmente, eram tidos como eventos normais dentro dessas dinâmicas e se tornaram quase que diários. Além do aspecto moral, esses castigos físicos se agravavam ao serem analisados a partir da perspectiva de gênero. Devido a isso, a questão de gênero se faz tão necessária ao explorar esses casos e a situação da mulher indígena no Brasil.

Essa falta de atenção às experiências individuais dessas mulheres, que deixaram de ser protagonistas de suas próprias histórias, é um reflexo da forma como as mulheres indígenas têm sido representadas ao longo do tempo.

3. Contribuições Acadêmicas

Estudos acadêmicos contemporâneos desempenham um papel fundamental na compreensão das experiências das mulheres indígenas durante a ditadura militar. A pesquisa

Mulheres Indígenas e Ditadura Militar Brasileira de Jheuren Karoline Costa de Souza, por exemplo, oferece uma análise detalhada da representação das mulheres indígenas no contexto da ditadura, destacando a violência de gênero que enfrentaram, partindo de uma perspectiva mais interseccional e não colonial desses processos. Tendo como referência também o Relatório Figueiredo, a autora busca demonstrar as especificidades em ser uma mulher indígena durante o regime ditatorial no Brasil e como essa repressão cruzava os corpos e as almas dessas mulheres.

Da mesma forma, a tese de doutorado de Paula Faustino Sampaio, *Indígenas Mulheres Entre Colonialismos e Resistência de Longa Duração – Séculos XX e XXI* (2021), oferece uma análise abrangente da resistência da mulher indígena ao longo dos séculos XX e XXI, destacando sua participação ativa em movimentos sociais e políticos.

Através de uma perspectiva de longa duração, a autora leva em consideração a formação social do Brasil desde o período colonial, quando a chegada dos portugueses impôs a colonização das terras indígenas. Ao longo de sua análise, são abordadas as diversas representações que a mulher indígena recebeu desde o período colonial até os dias atuais. É questionado até mesmo a influência da obra *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933) que, por muito tempo, foi considerada uma referência para entender a formação social do Brasil, mas que, agora, é reconhecida também como um agente contribuinte para a estereotipação e objetificação de mulheres pretas e indígenas na historiografia brasileira.

Dentro desse contexto ditatorial, as mulheres indígenas eram utilizadas, por meio de sua sexualidade, como um meio de serem subjugadas como seres humanos e como pessoas indígenas. Elas eram vistas pelos militares como selvagens e meros objetos; visão esta que ecoava as descrições de Gilberto Freyre em seu livro de 1933. Nesse processo, suas identidades eram reduzidas e instrumentalizadas, refletindo uma desumanização que perpetuava o controle e a opressão sobre elas.

Paula Faustino (2021) destaca a crescente presença de mulheres indígenas em posições de destaque e poder na sociedade contemporânea, rompendo essa visão estereotipada que, por muito tempo, permeou os estudos sobre a história e formação do Brasil e das famílias e mulheres brasileiras. Sua pesquisa se baseia em diferentes perspectivas, dando voz a diversas autoras e autores que contribuem para a construção de uma nova narrativa de história dessas mulheres. Ao valorizar o local de fala e o protagonismo das mulheres indígenas, a autora objetiva resgatar e compreender as suas experiências para além das representações simplistas e estereotipadas do passado. Esta análise busca desconstruir visões limitantes e fugir dos estereótipos com o intuito de oferecer uma narrativa mais justa, inclusiva e precisa sobre a

participação dessas mulheres na sociedade brasileira, as retirando de um local exclusivo de dor e sofrimento, para que a história destas possa ir ainda mais além, dentro e fora da historiografia.

Dessa forma, a tese de doutorado de Paula Faustino Sampaio representa uma importante contribuição para os estudos históricos, enfatizando a importância de se considerar uma perspectiva de longa duração e valorizar a diversidade de vozes que compõem a história das mulheres indígenas no Brasil. Ao analisar as trajetórias de resistência ao longo dos séculos, a pesquisa abre caminho para uma nova compreensão da participação e contribuição dessas mulheres para a formação e desenvolvimento do país, como podemos visualizar no seguinte trecho:

Por meio das fontes históricas compulsadas é possível perceber que desde os anos 1970 indígenas mulheres atuam na geografia das políticas indígenas, indigenistas e de gênero, participando das mobilizações dos povos indígenas. A partir dos anos 1980 construíram associações e organizações nos próprios termos e atuaram em diferentes espaços das políticas públicas. Em 2019 realizam a “Primeira Marcha das Mulheres Indígenas” em Brasília, aderindo ao movimento social de mulheres indígenas que protagonizam. (SAMPAIO, 2021, p. 332).

4. O Papel do Jornal Porantim e a Resistência das Mulheres Indígenas

Além das contribuições acadêmicas, fontes históricas – como o Jornal Porantim⁵ – desempenham um papel fundamental na documentação e visibilização das lutas das mulheres indígenas durante a ditadura militar. Criado em 1979, ainda na ditadura militar, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Jornal Porantim foi um valioso meio de denúncias e visibilidade para as questões indígenas no Brasil. Em sua nomenclatura, o termo "porantim" tem significado simbólico na língua da nação indígena Sateré-Mawé, representando elementos essenciais como remo, arma e memória. Essa denominação reforça a importância do jornal como um instrumento de resistência e preservação da memória indígena, permitindo que suas vozes e narrativas sejam divulgadas e valorizadas.

O Porantim tornou-se um importante meio de comunicação e visibilidade através das denúncias e movimentações sobre as questões indígenas, podendo-se destacar as demandas específicas das mulheres indígenas e a participação ativa das mesmas na resistência contra a

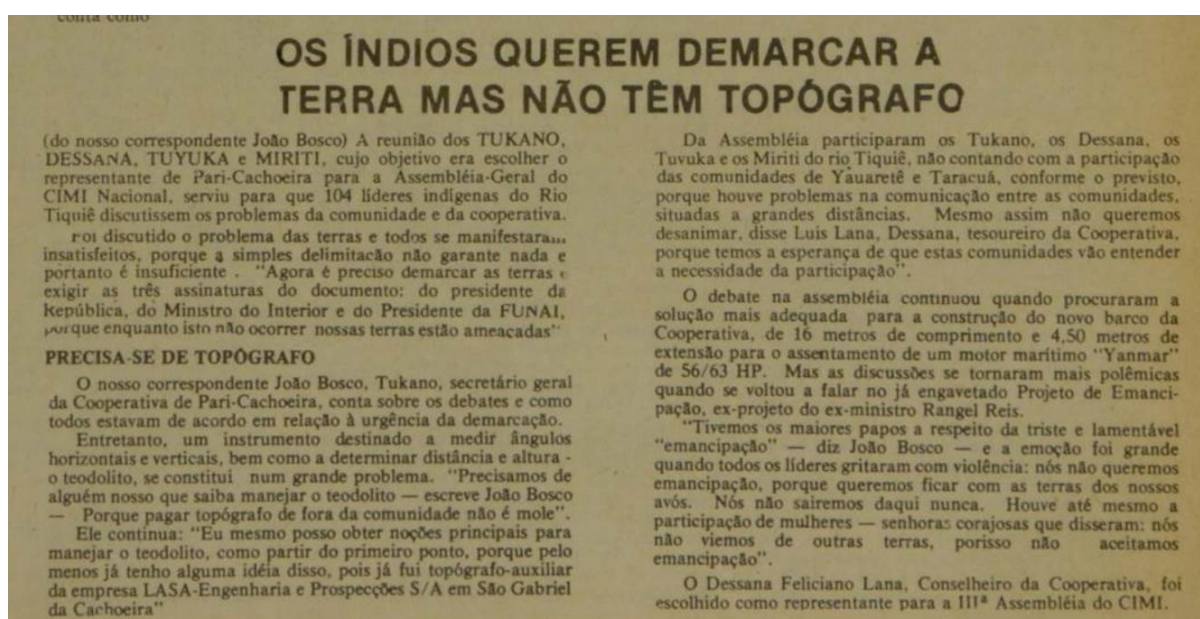
⁵ Foi um jornal criado em 1979, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no auge da ditadura militar. Tinha o intuito de denunciar os crimes cometidos contra as populações indígenas durante a ditadura. Atualmente, se encontra na sua 461ª edição e suas versões mais antigas estão no acervo digital Armazém Memória.

opressão e a violência na ditadura, além das várias denúncias sobre a situação dos povos indígenas, incluindo suas lutas e demandas.

O informativo continua ativo até os dias atuais, se mantendo como uma fonte rica de documentação e representações diversas sobre as mulheres indígenas, especialmente a partir da década de 1970. O acervo digital Armazém Memória⁶ também abriga vasta documentação desse periódico, permitindo o acesso a um conjunto significativo de informações históricas e contemporâneas sobre a realidade e a luta dessas mulheres e dos povos originários de maneira abrangente.

Através do Jornal Porantim, a análise da imagem da mulher indígena durante a ditadura militar ganha maior amplitude e profundidade. Suas páginas trazem à tona os desafios, conquistas, lutas e demandas específicas dessas mulheres, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e plural das experiências vivenciadas nesse período histórico, como podemos ver no recorte abaixo:

Figura 3 – Jornal Porantim - agosto de 1979



Fonte: Hemeroteca Indígena.

Como evidenciado na figura acima, a edição aborda a notável participação das mulheres na resistência pela demarcação de terras. Esta imagem destaca uma representação pouco comum, que foge dos estereótipos usuais que relegam a mulher indígena ao papel de mera

⁶ O Armazém Memória, coordenado por Marcelo Zelic, é uma iniciativa de articulação coletiva voltada para a valorização e promoção da memória histórica individual e coletiva. Funciona como uma biblioteca pública virtual, fornecendo acesso a uma ampla gama de revistas, informações e produções audiovisuais, buscando assim preservar e compartilhar o patrimônio cultural e histórico do Brasil.

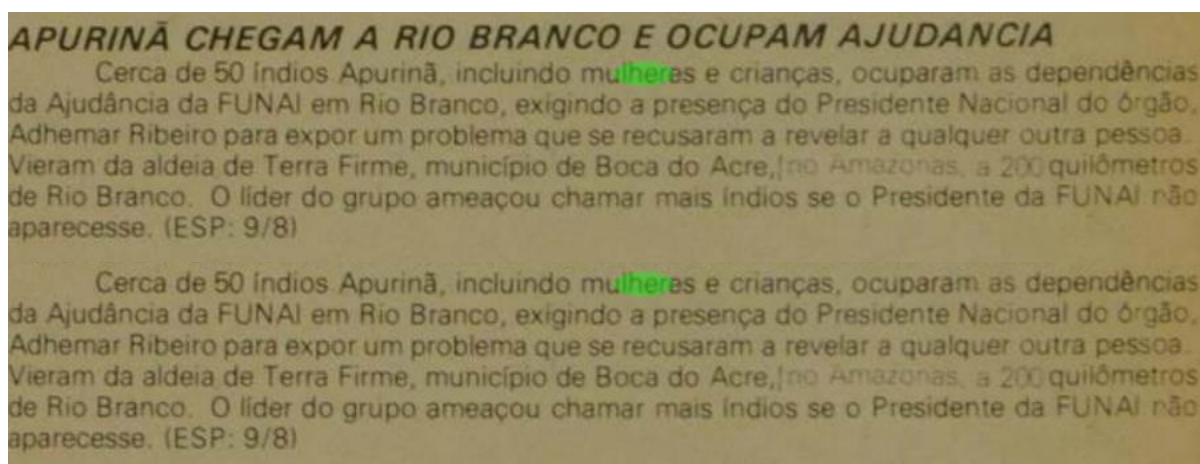
coadjuvante. Nesse contexto, é comprovado algo que, hoje, busca-se reafirmar: as mulheres foram sujeitas ativas e fundamentais nos processos de luta e resistência, merecendo, portanto, um lugar de destaque na história graças a essa significativa participação em inúmeras ações.

Ao analisar mais detalhadamente esse trecho, compreendemos que uma assembleia estava sendo realizada na luta pela presença de um topógrafo e pela manutenção das terras que são direito das etnias envolvidas. Podemos concluir, então, que as mulheres indígenas estavam presentes também em ambientes políticos que visavam garantir os direitos de toda a comunidade. A partir desse movimento, percebe-se que a força dessas mulheres resistia em diversas esferas sociais, utilizando-se dos recursos disponíveis.

Possibilitar o devido espaço de fala e protagonismo a essas mulheres é afastá-las das ideias estereotipadas que lhes foram atribuídas desde o período colonial e entender que existiam diferentes formas de reivindicar seus direitos enquanto indígenas e mulheres vivenciando a ditadura. Elas lutavam pelo que lhes era de direito, algo que o Estado e a Funai deveriam garantir.

Nesse próximo recorte, podemos ver mais uma vez a participação ativa de mulheres na reivindicação de direitos:

Figura 4 – Jornal Porantim - agosto de 1979



Fonte: Hemeroteca Indígena.

É interessante perceber que, durante a ditadura, as mulheres indígenas sempre estiveram politicamente presentes, atuando de forma ativa e engajada; seja através de ações físicas na luta por seus direitos, participando de assembleias políticas e administrativas, e/ou viajando para reivindicar suas demandas. A presença política da mulher esteve sempre presente, não apenas durante esse período sombrio, mas ao longo de toda a história do Brasil.

Sejam elas guerreiras, mães e/ou líderes comunitárias, as mulheres indígenas sempre demonstraram força, interesses e influência em decisões importantes que visavam o bem-estar e os direitos individuais e coletivos de suas comunidades. Como guardiãs do saber e da preservação de sua cultura, elas desempenham, até hoje, um papel fundamental na manutenção do povo indígena e de suas tradições.

Conclusão

A representação e resistência das mulheres indígenas durante a ditadura militar brasileira são temas complexos e multifacetados que exigem uma abordagem sensível e contextualizada. Estudos acadêmicos, fontes históricas e narrativas contemporâneas desempenham um papel fundamental na compreensão dessas experiências, destacando a importância de reconhecer o papel central das mulheres indígenas como agentes de mudança e obstinação ao longo da história do Brasil. Ao reconhecer e valorizar suas contribuições, podemos construir uma narrativa mais justa, inclusiva e precisa sobre a participação dessas mulheres na sociedade brasileira, entendendo como e por que estão ocupando cada vez mais posições de poder dentro e fora da política, por exemplo.

Na prática historiográfica, devido à imensidão e complexidade da história como área de conhecimento, é insustentável a tentativa de se abordar todas as facetas de um determinado período histórico simultaneamente, isto é, suas dimensões econômicas, sociais, culturais, étnicas e de gênero. Para tal, os recortes históricos funcionam como uma ferramenta do historiador para que, com esta, o mesmo possa delimitar a extensão de sua pesquisa, assim como sob qual prisma seu objeto vai ser estudado, garantindo a devida profundidade dos determinados aspectos do objeto.

Existe por exemplo uma pressão indelével que se exerce sobre o autor a partir da sua sociedade, da sua época, dos paradigmas vigentes na disciplina em que se insere a pesquisa, da Instituição em que se escreve o pesquisador, ou do conjunto dos seus pares virtuais e concretos. Tudo isto incide de maneira irresistível e silenciosa sobre o autor, mesmo que disto ele nem sempre se dê conta. (BARROS, 2005, p. 25).

Levando em consideração que a história é uma ciência percorrida pela subjetividade dos sujeitos que a produzem e do próprio tempo histórico em que a mesma é produzida, a historiografia carrega em si marcas da sua época. Diversas minorias foram, por muito tempo, apagadas propositalmente da historiografia oficial como uma forma tanto de apagamento

cultural, como de exclusão da memória nacional, invisibilizando esses grupos sociais enquanto parte da sociedade brasileira. “A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe a público”. (SILVA, 2018, p. 276).

Desde os primeiros contatos dos colonizadores portugueses com os povos originários que aqui habitavam, uma imagem distorcida dos povos indígenas tem sido propagada, afetando duplamente as mulheres indígenas, uma vez que a questão do gênero amplifica o processo de subjugamento. No entanto, é papel dos historiadores e historiadoras travar um combate pela memória dos excluídos, dando voz às suas lutas e suas dores, mas também demonstrando suas vitórias e conquistas, servindo de farol para as atuais e futuras gerações de historiadores, a fim de eliminar essa lacuna da história nacional.

A opressão imposta à mulher indígena é multifacetada e impulsiona a negação do seu papel como sujeito histórico e do reconhecimento adequado de seu protagonismo na luta e resistência contra os diversos ataques aos quais são submetidas. Durante o período da ditadura militar, houve uma postura genocida em relação às comunidades indígenas, deixando marcas que perduram até os dias atuais. As mulheres indígenas foram vítimas de violações em diversas esferas, sendo tratadas como animais selvagens e consideradas incapazes de decidir por si mesmas e conduzir suas próprias vidas; seus corpos foram instrumentalizados para ferir sua cultura e história. No entanto, essas mulheres continuam a ser símbolos de resistência, ocupando diversos papéis políticos e sociais, reafirmando-se enquanto mulheres e pertencentes a seu determinado grupo.

É crucial que estudos tragam à tona a história dessas mulheres durante esse período conturbado e marcante para a construção da sociedade brasileira e para a formação de nossa memória histórica coletiva.

Referências bibliográficas

Armazém Memória | Um resgate coletivo da história. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BACELLAR, Carlos. **Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi et al, (org.). Fontes Históricas. 2ª. ed. Câmara Brasileira do Livro, SP: Contexto, 2005. p. 81-110.

BARBOSA, Rodrigo Lins. **O Estado e a Questão Indígena: Crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969).** 2016. 260 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.** Editora Vozes Limitada, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Escola dos Annales e a Nova História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. v. 5.

CNV recebe denúncias de violações de direitos de seis etnias indígenas antes e durante a ditadura. **CNV - Comissão Nacional da Verdade.** Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/480-cnv-recebe-denuncias-de-violacoes-de-direitos-de-seis-etnias-indigenas-antes-e-durante-a-ditadura.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Hemeroteca Indígena. **Armazém Memória | Um resgate coletivo da história.** Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=3009>. Acesso em: 22 jul. 2023.

LASMAR, Cristiane. **Mulheres Indígenas: Representações.** In: Periódicos UFSC. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>.

Museu do Índio - Acervo Arquivístico. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_arquivistico&pagfis=192. Acesso em: 17 jul. 2023.

OLIVEIRA, Daniel Felipe Chaves de. **Ditadura Cívico-Militar: Impacto das Manipulações E Censuras na Memória Coletiva Social e Como Isso Reverbera Negativamente no Século XXI.** Artigo (Licenciatura em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

Periódicos Indígenas. **Centro de Referência Virtual**. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=300>.

Acesso em: 21 jul. 2023.

PINSKY, Carla Bassanegi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

Porantim 461 – Povo Xetá. **Jornal Porantim | Cimi**. Disponível em: <https://cimi.org.br/jornal-porantim/> Acesso em: 21 jul. 2023.

Relatório Figueiredo (1967-1968). **Museu do Índio - Acervo Arquivístico**. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SACCHI, Ângela. **Mulheres Indígenas e Participação Política: A Discussão de Gênero nas Organizações de Mulheres Indígenas**. In: Revista ANTHROPOLÓGICAS. Recife, Ano 7, v. 14 (1 e 2), 2003, p. 95-110.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas Mulheres Entre Colonialismos e Resistência de Longa Duração – Séculos XX e XXI**. 2021. 377 p. Dissertação (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, Nova York, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SILVA, Amanda Cristina Souza da. **Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas**. Anais do III Encontro de Discentes de História da UNIFAP, Amapá, 2017.

SILVA, Gama Marcília. **Informação Repressão e Memória: A Construção do Estado de Exceção no Brasil de 1964-1985**. Tese de Doutorado, UFPE. Recife, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Editora Contexto, 2018.

SOUZA, Jheuren Karoline Costa de. **Mulheres Indígenas e Ditadura Militar Brasileira.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 343-363, 2018.